



144223

MODELO DE
PROVA
(VERSÃO)
A

EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE E FORMAÇÃO COMPLEMENTAR DO EXÉRCITO

CONCURSO DE ADMISSÃO/2025
PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR/2026
E NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE CAPELÃES MILITARES/2026

019. PROVA OBJETIVA

CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO COMPLEMENTAR

ÁREA: PEDAGOGIA

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Certifique-se de que a letra referente ao modelo de sua prova é igual àquela constante em sua folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições.
- Caso haja alguma divergência de informação, comunique ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões 01 a 07.

“Depósito”: o modo como uma casa de repouso para idosos é chamada em um novo livro de ficção pretende denunciar as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor. Em *Jasmins*, publicado pela editora Maralto, Claudia Nina retrata a dura relação entre a cuidadora Yasmin e a idosa Wanda, num momento da história em que o fenômeno da longevidade interpela a nossa atenção à população idosa.

“Embora não seja regra, alguns fatores tornam os idosos mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas, seja para a realização de atividades básicas da vida diária e econômica ou emocionalmente, principalmente aqueles com déficits cognitivos ou limitações naturais do próprio envelhecimento”, explica a psicóloga Allana Moraes. “Por essas razões, lamentavelmente, o idoso também se encontra mais suscetível a ser vítima de violências nos mais variados âmbitos, seja familiar, institucional ou social”.

De acordo com Allana, é o próprio ambiente familiar que tem se apresentado como o espaço de maior incidência de abandono e maus-tratos cometidos contra o idoso, com episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges. Diversos fatores desempenham um papel nesse tipo de cenário, entre os quais o que pode ser chamado de transmissão transgeracional da violência e do abandono.

“O fato de os idosos se transformarem em vítimas igualmente se relaciona às raízes familiares, à violência ou abandono por eles perpetrados no passado, assim como terem apresentado comportamentos disruptivos, agressividade e atitudes provocativas em relação aos familiares”, explica a psicóloga. “Portanto, para analisar os motivos que levam um familiar a agir com violência em relação a um idoso, há que se levar em conta não só características dos idosos ou da família, já que se trata de um fenômeno multideterminado e que deve ser analisado em sua complexidade”.

Entre os fatores em jogo, há também aquilo que o gerontólogo Robert N. Butler chamou já em 1969 de “ageísmo” ou “idadismo”, ou seja, a discriminação contra pessoas com base em sua idade, mais comumente direcionada a pessoas mais velhas. “Butler descreveu três aspectos deste tipo de preconceito: atitudes negativas em relação aos idosos, à velhice e ao processo de envelhecimento; práticas discriminatórias contra idosos; e práticas e políticas institucionais que perpetuam estereótipos e atitudes negativas sobre os idosos”, pontua Allana.

A saúde dos vínculos afetivos entre o idoso e os seus cuidadores é um fator de proteção contra a violência muito significativo. Com a atenção à saúde mental dos profissionais cuidadores e com a proximidade da família, casas de repouso deixariam de ser “depósitos” e se tornariam pontos de apoio fundamentais em uma sociedade cada vez mais idosa.

(Disponível em: <https://www.semprefamilia.com.br>. Acesso em: 08.04.2025. Adaptado)

01. Por suas características composicionais predominantes, o texto pode ser identificado como sendo do gênero

- (A) matéria científica, de caráter instrucional, empregando referências extratextuais para levar o leitor a praticar as recomendações nele expostas.
- (B) instrução, de caráter normativo, empregando a citação de trechos de especialistas para induzir o leitor a adotar práticas sociais adequadas.
- (C) parecer, de caráter avaliativo, expondo pontos de vista contrastantes acerca das descobertas recentes sobre o “ageísmo” e sua disseminação.
- (D) artigo, de caráter informativo, empregando a referência a especialistas como argumento para conferir confiabilidade às ideias nele veiculadas.
- (E) editorial, de caráter polêmico, contrapondo teorias e pontos de vista acerca do tema, para afirmar ideologias e ações positivas em relação à velhice.

02. Considerando-se a sequenciação textual, é correto afirmar que o quarto parágrafo representa, em relação ao terceiro,

- (A) a desmistificação da ideia de que, na maioria dos casos, a violência se transfere de pai para filho.
- (B) a reiteração da ideia de que a sociedade já naturalizou a exposição do idoso a maus-tratos.
- (C) a progressão da ideia de transmissão transgeracional do abandono e da violência.
- (D) a introdução da ideia de que a violência é associada a políticas institucionais.
- (E) a retificação da ideia de que é na família que os idosos mais sofrem agressões.

03. As aspas empregadas em “depósito” sinalizam a intenção de associar, implicitamente, a casa de repouso às ideias de

- (A) reverência e desvalorização.
- (B) objetificação e abandono.
- (C) descaso e reconhecimento.
- (D) descarte e resguardo.
- (E) abrigo e segurança.

04. No segmento “**Embora** não seja regra” (2º parágrafo), o termo destacado garante a coesão textual introduzindo um argumento

- (A) hipotético, que ressignifica o que se afirma na sequência do enunciado.
- (B) comparativo, que esclarece o que se afirma na sequência do enunciado.
- (C) concessivo, que relativiza as afirmações da sequência do enunciado.
- (D) condicional, que determina o sentido da sequência do enunciado.
- (E) conclusivo, que sintetiza ideias expressas na sequência do enunciado.

05. A alternativa em que a expressão entre parênteses substitui os termos destacados, de acordo com a norma-padrão de emprego do sinal indicativo de crase, é:

- (A) ... denunciar **as incongruências**... (à toda incongruência)
- (B) ... é o próprio ambiente familiar que **tem se apresentado**... (passa à ser apresentado)
- (C) ... motivos que levam um familiar **a agir com violência**... (à ações violentas)
- (D) ... igualmente se relaciona **às raízes familiares**... (à certas origens familiares)
- (E) ... direcionada **a pessoas** mais velhas... (àquelas pessoas)

06. A alternativa contendo a passagem em que o pronome “se” pode ser colocado depois do verbo em destaque é:

- (A) ... é o próprio ambiente familiar que tem se **apresentado**... (3º parágrafo)
- (B) ... o idoso também se **encontra**... (2º parágrafo)
- (C) ... e se **tornariam** pontos de apoio ... (6º parágrafo)
- (D) O fato de os idosos se **transformarem** em vítimas... (4º parágrafo)
- (E) ... transformarem em vítimas igualmente se **relaciona** às raízes... (4º parágrafo)

07. Considere os enunciados:

Pessoas idosas ficam à mercê de interferências, e **as interferências tornam as pessoas idosas** mais vulneráveis e dependentes de outras pessoas. É comum que familiares **agridam as pessoas idosas**.

Há muitas incongruências em nossa relação com a velhice, e um novo livro de ficção pretende **denunciar as incongruências**.

A reescrita dos trechos neles destacados, com emprego de elementos de coesão, segue a norma-padrão, respectivamente, em:

- (A) ... essas as tornam ... agridam-nas ... denunciá-las
- (B) ... estas tornam-nas ... agridam elas ... denunciá-las
- (C) ... essas tornam a elas ... agridam-nas ... a elas denunciar
- (D) ... essas lhes tornam ... as agridam ... denunciar-lhes
- (E) ... estas as tornam ... as agridam ... denunciar-lhes

08. A adaptação de passagens do texto redigida de acordo com a norma-padrão de concordância verbal é:

- (A) No livro denuncia-se, com a menção a “depósito”, as incongruências de nossa relação com a velhice e com os idosos ao nosso redor.
- (B) Estuda-se a discriminação contra pessoas com base em sua idade, sendo mais comumente direcionada a pessoas mais velhas.
- (C) Havia relatos de episódios de violência psicológica, física, moral e patrimonial perpetrados por filhos ou cônjuges.
- (D) Devem ser levadas em conta não só características dos idosos ou da família, já que se tratam de fenômenos multideterminados.
- (E) Quando um familiar age com violência contra um idoso, é necessário a investigação dos motivos que o leva a isso.

09. Trata-se do domínio morfoclimático brasileiro, onde ocorre a maior extensividade de formas homogêneas relativas de todo o planalto Brasileiro. Planaltos sedimentares cedem lugar – quase sem solução de continuidade – a outros de estruturas mais complexas, nivelados por velhos aplainamentos de cimeira, formando um grande Planalto, com altitudes médias de 600 a 1.100 metros.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

O texto descreve as características de qual domínio morfoclimático brasileiro?

- (A) Mares de morros.
- (B) Floresta amazônica.
- (C) Araucárias.
- (D) Caatinga.
- (E) Cerrado.

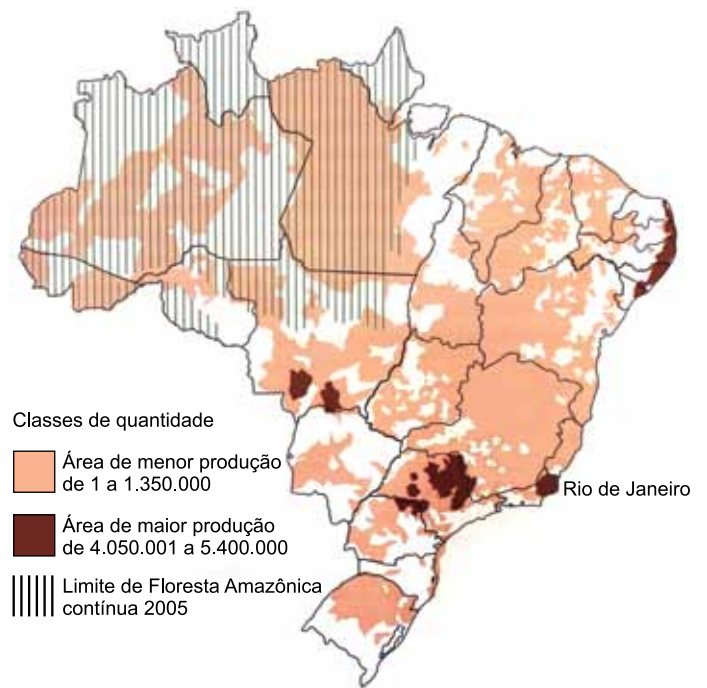
10. As razões da existência de um grande espaço de clima semiárido no Nordeste brasileiro são complexas. No inverno, células de alta pressão atmosférica predominam no interior do Nordeste e dificultam a entrada de umidade vinda do oceano, trazida pela massa de ar _____.

(Aziz Nacib Ab'Sáber, *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*, 2003. Adaptado)

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto.

- (A) tropical atlântica
- (B) equatorial continental
- (C) polar atlântica
- (D) equatorial atlântica
- (E) tropical continental

11. Observe o mapa a seguir:

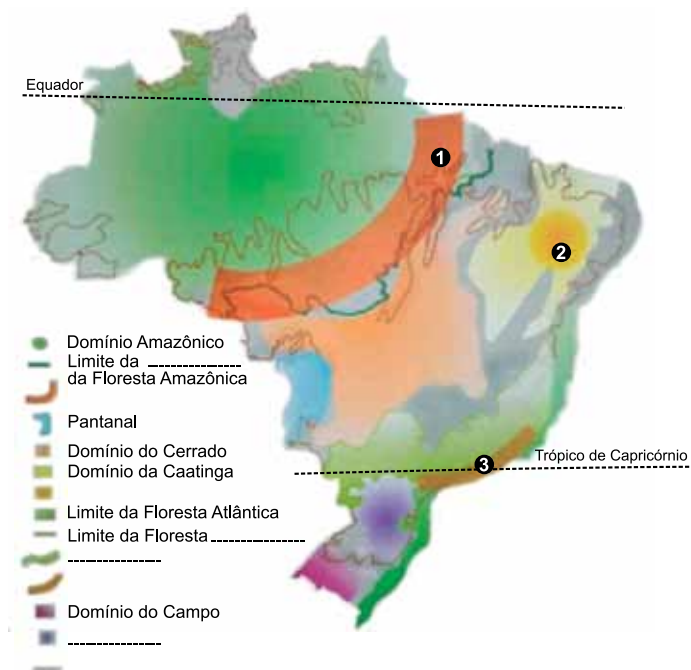


(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

Com base na análise do mapa apresentado sobre a atividade agrícola no Brasil, é correto afirmar que ele se refere ao cultivo de

- (A) milho.
- (B) feijão.
- (C) cana-de-açúcar.
- (D) arroz.
- (E) soja.

12. Considere o mapa a seguir que destaca os principais problemas ambientais no território brasileiro:

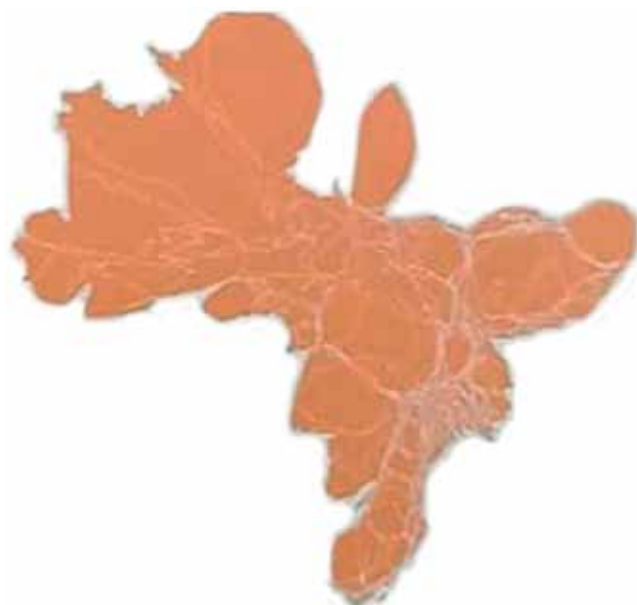


(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018. Adaptado)

As áreas assinaladas no mapa com os números 1, 2 e 3 representam, respectivamente, os seguintes problemas ambientais:

- (A) arenização, desabamento de encostas e desmatamento.
- (B) desertificação, inundação e salinização do solo.
- (C) inundação, desmatamento e arenização.
- (D) desmatamento, desertificação e desabamento de encostas.
- (E) contaminação do solo, lixiviação e desertificação.

13. A figura a seguir apresenta um recorte temático da população brasileira, destacando a distribuição territorial desigual de um grupo populacional, conforme Théry e Mello (2018):



(H. Théry e N. A. Mello, *Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território*, 2018)

Com base na análise da figura apresentada, referente à distribuição populacional brasileira, é correto afirmar que ela representa o grupo dos

- (A) pardos.
- (B) pretos.
- (C) brancos.
- (D) imigrantes.
- (E) indígenas.

14. Trata-se de uma faixa estreita de terra que se estende ao longo do litoral do Amapá até o norte do litoral do estado do Rio de Janeiro. Localiza-se entre altitudes que variam entre 10 m e 50 m, acompanhando a linha de costa, é frequentemente delimitada pelo oceano por vertentes abruptas (falésias). Essa unidade é composta por sedimentos terciários, recoberta por solos arenosos ou areno-argilosos profundos e bem drenados, recobrindo colinas ampla de topos planos ou convexos.

(J. L. S. Ross, *Ecogeografia do Brasil*, 2006)

O texto descreve uma formação geomorfológica conhecida como

- (A) campos naturais.
- (B) planaltos residuais.
- (C) depressão.
- (D) tabuleiros costeiros.
- (E) chapadas.

15. Ainda ocorre na segunda metade do século (XVIII) mais um fator particular que estimula a agricultura brasileira. Até então, o grande gênero tropical fora o açúcar. Outro virá emparelhar-se a ele, e o sobrepujará em breve: o algodão. [...] Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas.

(Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil contemporâneo*, 1994)

O excerto refere-se

- (A) à vinculação da economia colonial com o novo centro dinâmico de produção de mercadorias no continente europeu.
 - (B) à autonomia da política colonial para com o domínio metropolitano em decorrência da economia algodoeira.
 - (C) ao fornecimento da matéria prima do algodão para as tecelagens domésticas no interior da colônia.
 - (D) à substituição da exploração do açúcar pelo plantio do algodão nas áreas litorâneas da colônia.
 - (E) ao emprego do complexo tecnológico da indústria açucareira na fabricação colonial de fibras de algodão.
16. Alcançado em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a Independência do Brasil. Em 1º de dezembro, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de dom Pedro I. O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país.

(Boris Fausto. *História do Brasil*, 2000)

A natureza da Independência do Brasil, referida pelo excerto,

- (A) mantém as relações econômicas brasileiras com a burguesia mercantil portuguesa em um regime ainda de exclusivo comercial.
- (B) explica a precocidade do movimento libertador brasileiro na comparação com as emancipações políticas das colônias hispano-americanas.
- (C) institui um sistema político ilustrado com concessão de direitos políticos às províncias brasileiras em prejuízo do poder central.
- (D) une setores da elite socioeconômica em torno de uma figura política capaz de manter o ordenamento social brasileiro.
- (E) comprova a presença dos princípios filosóficos da Independência das colônias inglesas da América do Norte na organização política do Estado brasileiro.

17. Já nos anos de 1850, fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de mão de obra – tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir os escravos por imigrantes. As primeiras experiências falharam, e os fazendeiros de café recorreram ao tráfico de escravos interno. Mais tarde, quando as pressões abolicionistas aumentaram e leis contra o tráfico entre províncias foram promulgadas, os fazendeiros das áreas pioneiras buscaram na Itália os trabalhadores de que necessitavam.

(Emília Viotti da Costa. “Da escravidão ao trabalho livre”. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, 1999)

O excerto alude à

- (A) baixa produtividade da economia agrícola brasileira devido às crises periódicas no fornecimento da mão de obra.
- (B) transformação gradual do mercado de trabalho em um dos setores mais dinâmicos da economia agro-exportadora brasileira.
- (C) manutenção do trabalho compulsório nas grandes unidades agrícolas brasileiras de economia de exportação.
- (D) decadência das áreas de produção agrícola dependentes do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil.
- (E) redução do número de trabalhadores na agricultura brasileira como consequência da mecanização dos processos produtivos.

18. Fizeram-se poucas concessões à classe operária durante à República Velha. Cumpre notar que a famosa declaração de Washington Luís, emitida durante a sua campanha para governador, segundo a qual “a questão operária era um caso de polícia”, pretendia ser uma expressão liberal – a saber, que não se tratava de um problema de segurança nacional, mas apenas de uma tarefa administrativa. Depois das greves desastrosas de 1917 e 1919, causadas pela exportação de gêneros alimentícios básicos para os Aliados, com a consequente elevação dos preços nacionais, poucas leis se promulgaram com a intenção de apaziguar a mão de obra.

(Warren Dean. “A industrialização durante a República Velha”. In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano Estrutura de Poder e economia (1889-1930)*, 1975)

Os movimentos operários, durante a Primeira República brasileira, foram marcados pela

- (A) falta de consciência social dos líderes anarco-sindicalistas.
- (B) constituição de uma classe operária exclusivamente brasileira.
- (C) formação inicial de uma economia fabril concentrada em poucas regiões do país.
- (D) estatização das indústrias de bens de produção no Brasil.
- (E) submissão dos sindicatos operários ao Ministério do Trabalho.

19. O poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos-eleitorais são elementos de ligação indispensáveis entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, apresenta-se hierarquizada em três níveis: os coronéis; abaixo deles os cabos-eleitorais; e, na base da estratificação política, os eleitores.

(Maria Isaura Pereira de Queiroz. "O coronelismo numa interpretação sociológica". In: Boris Fausto (org.) *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889 – 1930)*, 1975)

O excerto refere-se à política da Primeira República Brasileira (1889 – 1930) e

- (A) à garantia da liberdade de expressão política do eleitorado e à instituição do voto secreto masculino nos estados mais importantes da República.
 - (B) à atribuição às forças militares do poder constitucional de fiscalização das instituições políticas e à imposição do serviço militar obrigatório nas regiões rurais do país.
 - (C) à inexistência de atividades político-eleitorais nos municípios e ao controle das decisões governamentais pelos habitantes alfabetizados dos grandes centros urbanos.
 - (D) às suspensões periódicas dos calendários eleitorais previstos pela Constituição e aos direitos políticos da população analfabeta do país.
 - (E) aos desdobramentos da instituição do sufrágio universal masculino e aos mecanismos oligárquicos de controle político.
20. Como o Brasil e como a própria democracia, a Constituição de 1988 também é imperfeita. [...]. Mas a Constituição de 1988 é a melhor expressão de que o Brasil tinha um olho no passado e outro no futuro e estava firmando um sólido compromisso democrático. [...] Ela é moderna nos direitos, sensível às minorias políticas, avançada nas questões ambientais, empenhada em prever meios e instrumentos constitucionais legais para a participação [social] e direta, e determinada a limitar o poder do Estado sobre o cidadão e a exigir políticas públicas voltadas para enfrentar os problemas mais graves da população.
- (Lília M. Schwarcz e Heloisa M. Starling. *Brasil: uma biografia*, 2015)
- Os aspectos "modernos" da Constituição, referidos pelo excerto, vinculam-se
- (A) à oposição à tradição republicana do país, com a adoção do parlamentarismo.
 - (B) à atuação de grupos sociais na sua elaboração, com as emendas populares.
 - (C) à restrição à estrutura agrária latifundiária, com o projeto de reforma agrária.
 - (D) à ampliação dos direitos trabalhistas, com a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
 - (E) à exigência de legitimação de medidas governamentais, com a política plebiscitária.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Demo (2015) centra sua proposta de educação no exercício da pesquisa, atrelando o questionamento reconstrutivo como fundamento dessa educação escolar. Para o autor, o questionamento reconstrutivo exige ser compreendido como

- (A) método de interpelação do aluno pelo professor, que se baseia na verificação periódica da apropriação dos conteúdos.
- (B) processo natural de recusa do aluno à autoridade docente, o que faz parte do confronto entre os adultos e os mais jovens, que se reconstrói a cada geração.
- (C) procedimento instrucional para garantir a imparcialidade e a uniformidade da aprendizagem escolar em contextos diferentes, por esse mecanismo regulada.
- (D) processo de construção do sujeito histórico, que se funda na competência advinda do conhecimento inovador, mas também implica ética da intervenção histórica.
- (E) processo de internalização de verdades a partir de uma reconstrução mental, que exige do sujeito domínio técnico e reprodução fiel do saber científico.

22. Paulo Freire (2019) valoriza o caráter dialógico da relação entre professor e aluno. Nesse contexto, professor e alunos devem se assumir

- (A) socialmente condicionados, o que significa reconhecer a impossibilidade da mudança diante da força dos condicionantes sociais.
- (B) ontologicamente determinados, priorizando-se a materialidade do que se é e não a frágil esperança do que se pode vir a ser.
- (C) epistemologicamente curiosos, prevalecendo uma postura aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto fala ou enquanto ouve.
- (D) radicalmente desiguais, cabendo ao professor ensinar o conhecimento acabado ao aluno, enquanto ao aluno cabe aprender com diligência.
- (E) politicamente diferentes, em uma relação em que o professor é o emancipador e o aluno ainda se encontra na condição de oprimido.

- 23.** Ciavatta (in Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2012) propõe alguns pressupostos para a realização da educação profissional como formação integrada e humanizadora. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses pressupostos da autora.
- (A) A separação, nos termos da lei, entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional, permitindo que investimentos sejam feitos a partir das demandas do alunado e da sociedade.
 - (B) A diligência de especialistas na formação específica, enquanto a gestão da formação geral fica a cargo de professores, validando modelos mais técnicos ou mais educativos segundo a modalidade.
 - (C) A defesa da escola promotora das experiências de formação integral quanto à ingerência de alunos e seus familiares, assegurando que um maior reconhecimento da autoridade escolar corresponda à maior permanência na escola.
 - (D) O exercício da formação integrada enquanto experiência formativa em conteúdos e habilidades, reservando a dimensão ético-política para as famílias e outras instituições sociais afins.
 - (E) A existência de um projeto de sociedade, que enfrente a realidade brasileira e supere o dualismo de classes, rompendo com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho.
- 24.** De acordo com Goulart (2015), a Psicomетria teve um impacto significativo na educação, especialmente por meio dos testes de inteligência. Esses testes forneceram uma explicação “científica” para o fracasso escolar, destacando as diferenças individuais e a influência das aptidões. No entanto, o autor alerta ser importante reconhecer o caráter ideológico da apropriação da Psicomетria pela escola: “Ela veio justificar a divisão de classes, evidenciando que os mais bem dotados eram realmente os que pertenciam aos grupos socioeconômicos mais elevados e que, obviamente, constituíam a classe dominante”. Portanto, a Psicomетria contribuiu para
- (A) reproduzir na escola a estrutura social mais ampla, sobretudo para perpetuar esta estrutura.
 - (B) permitir que os professores reconhecessem diferentes estilos de aprendizagem e adaptassem suas práticas.
 - (C) fortalecer a neutralidade da educação, dissociando o rendimento escolar das condições materiais dos alunos.
 - (D) denunciar criticamente a falta de investimento do Estado por meio de suas descobertas.
 - (E) ampliar o acesso equitativo ao conhecimento escolar, superando desigualdades por meio da objetividade.
- 25.** Ao discutirem a formação continuada, Gatti e Barreto (2009) descrevem um modelo de capacitação “em cascata”, no qual um primeiro grupo de profissionais é capacitado e transforma-se em capacitador de um novo grupo que, por sua vez, capacita um grupo seguinte. Para as autoras, esse procedimento
- (A) fortalece a autoria pedagógica dos professores, ao garantir a circularidade crítica dos saberes nos diferentes níveis da rede escolar, pois os professores são incentivados a reinventar o material ao compartilhá-lo.
 - (B) supre a necessidade de formação crítica do professor ao priorizar a eficiência na disseminação de diretrizes curriculares e a sequência didática pré-moldada, com foco em resultados que efetivamente alteram a prática educativa.
 - (C) assegura uma formação equânime e contextualizada, pois garante que todos os grupos envolvidos tenham acesso a uma formação continuada de mesma qualidade, devido ao aparelhamento conceitual.
 - (D) permite envolver quantitativamente um grande volume de professores, mas é pouco efetivo quando se trata de difundir os fundamentos de uma reforma em suas nuances, profundidade e implicações.
 - (E) potencializa a autonomia docente, pois, ao replicar saberes, cada educador torna-se agente principal da formação profissional de seus colegas, legitimando o discurso original do especialista.
- 26.** Hadji (2001) conclui que “a avaliação formativa não é nem um modelo científico, nem um modelo de ação diretamente operatório”. Para o autor, isso significa que a avaliação formativa, “capaz de orientar o trabalho dos professores no sentido de uma prática avaliativa colocada, tanto quanto possível, a serviço das aprendizagens”, é
- (A) um slogan avaliativo, que encobre a complexa tarefa de diagnosticar os alunos e suas aprendizagens no interesse da categorização escolar.
 - (B) uma utopia promissora, que tem sua legitimidade dependente da correlação entre atividade avaliativa e atividade pedagógica.
 - (C) uma técnica didática, que garante precisão nos resultados e equidade nas decisões pedagógicas.
 - (D) uma avaliação cumulativa, que, na prática, usa instrumento de mensuração para a classificação e a progressão dos alunos.
 - (E) um senso comum pedagógico, que discursa a favor de práticas românticas, inexecutáveis e, em consequência, dispensáveis.

27. Hoffmann argumenta que a visão comportamentalista dos professores manifesta-se de forma radical na prática avaliativa, sem que percebam o autoritarismo dessa concepção. Para a autora, sem avançar na compreensão do fracasso dos estudantes para além do comprometimento dos alunos, os professores se distanciam “de dois princípios presentes na avaliação enquanto mediação”:
- (A) o da recompensa pelo mérito e o da justiça avaliativa.
 - (B) o da precisão técnica e o do caráter apolítico da avaliação.
 - (C) o do acompanhamento reflexivo e o do diálogo.
 - (D) o do controle por resultados e o da transparência dos processos avaliativos.
 - (E) o da conformidade aos indicadores e o da fidelidade aos objetivos didáticos.
28. Morin, ao propor o aspecto da *incerteza* para a educação, apresenta a necessidade de enfrentar o que o autor denomina ecologia da ação, ou seja,
- (A) a antecipação dos impactos socioambientais das práticas educativas, assumindo o compromisso com o desenvolvimento sustentável e ético, urgente diante da crise climática e humana que assola o planeta.
 - (B) a habilidade de retomar a intenção inicial de uma ação pedagógica sempre que ela for desviada por fatores externos ou pela resistência dos alunos, adotando uma dinâmica pedagógica inspirada no darwinismo social.
 - (C) a atitude que se toma quando uma ação é desencadeada e escapa ao desejo e às intenções daquele que a provocou, desencadeando influências múltiplas que podem desviá-la até para o sentido oposto ao intencionado.
 - (D) a capacidade de prever os efeitos de uma ação a partir de uma análise racional, perseguindo resultados que sejam compatíveis com os objetivos pedagógicos estabelecidos pela sociedade e pela escola.
 - (E) o planejamento consciente da ação educativa, com base em evidências científicas, a fim de evitar riscos e minimizar a ocorrência dos mais diversos tipos de erros a que a prática está sujeita.
29. Um professor quer ampliar o letramento digital de seus alunos. Para isso, leu o texto de Buckingham (2010) e se surpreendeu com um dos aspectos conceituais que compõem o letramento digital: a língua. De acordo com o autor, esse aspecto diz respeito a uma
- (A) competência de reconhecer a influência das mídias digitais na transformação da linguagem formal escolar, incentivando a adoção de registros informais e criativos nas práticas pedagógicas.
 - (B) habilidade de saber quem está comunicando para quem e por quê, pois, no contexto da mídia digital, os jovens precisam estar cientes da crescente importância das influências comerciais, em especial, porque estas são invisíveis aos olhos do usuário.
 - (C) apropriação instrumental das tecnologias digitais baseada no domínio de softwares e aplicativos, com foco no uso acertado da linguagem verbal e escrita nas interações em ambientes virtuais.
 - (D) estratégia de interpretações e seleções da realidade, que inevitavelmente incorpora valores e ideologias implícitos, exigindo que os alunos sejam capazes de avaliar a legitimidade do material que encontram.
 - (E) consciência sistemática de como são construídos os meios digitais e da retórica única da comunicação interativa, envolvendo a compreensão da gramática das formas de comunicação e a consciência dos códigos e das convenções.
30. Imbernón (2017) apresenta como ferramenta de formação docente o modelo indagativo ou de pesquisa. Esse modelo requer, basicamente, que o professor
- (A) seja interpelado pelos estudantes sobre um assunto que desconhece, dando início a uma busca por atualização de seu repertório.
 - (B) tenha uma figura que realize sua tutoria, responsável por conduzir uma mentoria direcionada às fraquezas ou às possibilidades de desenvolvimento individuais do docente.
 - (C) integre um programa de pós-graduação, preferencialmente *stricto sensu*, para dar continuidade à sua formação acadêmico-científica para além da formação inicial.
 - (D) identifique uma área de interesse, colete informação e, baseando-se na interpretação desses dados, realize as mudanças necessárias no ensino.
 - (E) receba um conjunto de questões conceituais e práticas, componha suas respostas de maneira autoral e apresente-as para a apreciação da coordenação pedagógica.

31. Kuenzer (2007) problematiza a formação de subjetividades flexíveis. Cognitiva e eticamente, essa formação sofre a mediação da educação geral, que é disponibilizada de forma diferenciada, segundo a origem de classe. Assim, aqueles que “vivem do trabalho adquirem conhecimentos genéricos que lhes permitirão exercer, e aceitar, múltiplas tarefas no mercado flexibilizado”. Para a autora, ser multi-tarefa, neste caso, implica exercer trabalhos

- (A) colaborativos, rotativos, autogeridos, promovendo equidade entre funções.
- (B) simplificados, repetitivos, fragmentados, sendo suficiente um rápido treinamento.
- (C) criativos, desafiadores, integrados, exigindo constante atualização intelectual.
- (D) estratégicos, planejados, estruturados, demandando autonomia e visão sistêmica.
- (E) especializados, contínuos, aprofundados, exigindo formação técnica avançada.

32. Leia o excerto a seguir, adaptado de Libâneo, Oliveira e Tochi (2018):

Como instituição socioeducativa, a escola vem sendo questionada sobre seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo. Tais transformações decorrem, sobretudo, dos avanços tecnológicos, da reestruturação do sistema de produção e desenvolvimento, da compreensão do papel do Estado, das modificações nele operadas e das mudanças no sistema financeiro, na organização do trabalho e nos hábitos de consumo. Esse conjunto de transformações está sendo chamado, em geral, de _____, que designa, portanto, uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que expressam o espírito da época e a etapa de desenvolvimento do capitalismo em que o mundo se encontra atualmente. Esse termo sugere a ideia de movimentação intensa, ou seja, de que as pessoas estão em meio a acelerado processo de integração e reestruturação capitalista. Exatamente por isso, há quem diga que seja um conceito ou uma construção ideológica.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) globalização
- (B) sociedade da informação
- (C) sociedade do cansaço
- (D) industrialização
- (E) educomunicação

33. Libâneo (2018), a partir das contribuições de Ausubel, destaca que um dos traços mais típicos da aprendizagem significativa é

- (A) a organização sequencial dos conteúdos em ordem crescente de complexidade, facilitando a assimilação gradativa por todos os estudantes.
- (B) a exposição dialogada dos conceitos, garantindo que todos apresentem a mesma compreensão do conteúdo.
- (C) a substituição orgânica dos saberes prévios do aluno por conhecimentos culturais e científicos com profundidade e criticidade.
- (D) o fato de o conhecimento novo a ser internalizado estar logicamente relacionado aos conhecimentos mais antigos existentes na mente do aluno.
- (E) a retenção do conteúdo ensinado por meio da prática constante, conduzida em diferentes contextos.

34. Nóvoa (2009) defende “a necessidade de redefinir a missão da escola, de maneira mais modesta, mas mais orientada do ponto de vista das aprendizagens”. Para tanto, a escola deve se libertar de “uma visão regeneradora ou reparadora da sociedade, assumindo que é apenas uma entre as muitas instituições da sociedade que promovem a educação”. Assim, o autor propõe

- (A) desenhar a escola como um núcleo de proteção social integral da infância e da adolescência, assumindo as funções assistenciais e emocionais da educação integral.
- (B) alinhar a escola aos interesses sociais majoritários, adotando práticas educativas que reflitam as expectativas imediatas da população e as demandas do mercado.
- (C) pensar de outro modo o espaço público da educação, aproveitando as potencialidades culturais e educativas que existem na sociedade e compartilhando a responsabilização.
- (D) recentrar o currículo escolar em valores universais, garantindo à escola a autoridade pedagógica necessária para cumprir sua função civilizatória.
- (E) ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola, utilizando esse espaço como meio privilegiado de compensação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

35. A partir do pensamento vigotskiano, Marques e Carvalho (Revista da FAEBA, 2014) afirmam que “a criança, antes dos sete anos, manifesta o que sente da forma como sente”, ou seja, “a criança não separa sensações internas de sensações externas, seus sentimentos se encontram em situação sincrética”. De acordo com as autoras, a razão deste comportamento é porque a criança

- (A) já reconhece com clareza suas emoções, mas não sabe nomeá-las ou explicá-las verbalmente.
- (B) demonstra controle afetivo progressivo por meio da internalização de normas sociais transmitidas no ambiente escolar.
- (C) possui representações mentais organizadas, embora suas emoções ainda estejam em fase de estruturação social.
- (D) diferencia estímulos internos e externos, mas ainda tende a exagerar na forma como demonstra suas emoções.
- (E) é incapaz ainda de compreender o que a afeta, simplesmente sentindo e expressando espontaneamente esse sentimento.

36. Moreira (2023) apresenta a contribuição fundamental de diferentes autores para as teorias da aprendizagem. No caso de John Dewey, a educação tem um importante papel democrático, com as escolas públicas promovendo seus valores básicos. Em sua educação progressiva, a criança assume o centro do processo, porque

- (A) o engajamento ativo das crianças é essencial para que cresçam na perspectiva de cidadania democrática.
- (B) a cidadania só pode ser edificada para o futuro, com as gerações mais velhas já engessadas por hábitos e valores arraigados.
- (C) o interesse e o prazer imediatos são a finalidade maior de toda ação educativa em uma sociedade justa e alegre.
- (D) os conteúdos conceituais e científicos são de pouca importância na tarefa de promover a ética e a cultura democráticas desde cedo.
- (E) o professor deveria ensinar as crianças a liderar e não a serem lideradas, exigindo o deslocamento do docente para a periferia do processo.

37. Leia o excerto a seguir, extraído de Santos (2014):

Definimos _____ como a capacidade ou propriedade de obrigar alguém a fazer alguma coisa. Nesse sentido, é importante ressaltar que, em suas mais variadas manifestações, pode ser exercido mediante o uso da coação e/ou da persuasão. Em matéria de política, ambas as opções são tidas como válidas, dependendo de quem exerce e de como escolhe exercer.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) “força”
- (B) “poder”
- (C) “dominação”
- (D) “influência”
- (E) “autoritarismo”

38. “Começamos por um fato incontestável: enquanto grupo social, e em virtude das próprias funções que exercem, os professores ocupam uma posição estratégica no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins”. Desse modo Tardif (2014) abre sua discussão sobre o saber docente, que o autor qualifica como um saber

- (A) prático, empírico e obsoleto.
- (B) inato, criativo e essencial.
- (C) universal, pedagógico e político.
- (D) plural, estratégico e desvalorizado.
- (E) especialista, técnico e cientificamente fundamentado.

39. Lück (2015) apresenta um processo que se encarrega da “dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para a implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados)”.

Trata-se do conceito de

- (A) direção escolar.
- (B) administração escolar.
- (C) gestão educacional.
- (D) coordenação pedagógica.
- (E) supervisão educacional.

40. Arroyo (2013) observa que “currículo, ordenamento, avaliação se mostram determinantes da organização do trabalho, da valorização-desvalorização do magistério, da manutenção ou perda dos direitos conquistados”. Nesse processo, o autor destaca a importância do movimento docente repolitizar a disputa no território do currículo, reafirmando seu direito
- (A) a sistemas bem estruturados de ensino, que assegurem coesão dos saberes escolares.
 - (B) à autoria e à criatividade, que se relacionam à autonomia profissional.
 - (C) à formação técnica nos conteúdos, que possibilita a aplicação local dos currículos oficiais.
 - (D) à neutralidade metodológica, que se compromete com fins universais da educação.
 - (E) à informação e à conformidade ante os indicadores de desempenho e metas de rendimento escolar.
41. Veiga (1995) apresenta princípios norteadores do projeto político-pedagógico. Entre eles há um, consagrado constitucionalmente, que exige uma “ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não-permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares”. Esse princípio busca integrar concepção e execução, teoria e prática, permitindo que educadores controlem o processo e o produto de seu trabalho. Isso envolve repensar a estrutura de poder da escola para promover a socialização do poder, incentivando a participação coletiva, reciprocidade, solidariedade e autonomia. Esse princípio de consolidação desafiadora é identificado pela autora como a
- (A) eficiência organizacional.
 - (B) inovação curricular participativa.
 - (C) autonomia pedagógica institucional.
 - (D) inclusão escolar.
 - (E) gestão democrática.
42. Zabala (1998) discute duas formas fundamentais de organização dos conteúdos na escola: os modelos disciplinares e os métodos globalizados. O autor sintetiza uma diferença básica entre ambos, apontando que, nos métodos globalizados, as disciplinas têm a função de
- (A) proporcionar os meios ou instrumentos que devem favorecer a realização dos objetivos educacionais, nunca sendo uma finalidade básica do ensino.
 - (B) manter sua identidade como matéria diferenciada, oferecendo a oportunidade de compreensão de suas especificidades conceituais e procedimentais.
 - (C) determinar os tipos de relações que se estabelecem entre os conteúdos de diferentes disciplinas, estimando o número de disciplinas que intervêm nessas relações.
 - (D) organizar os conteúdos para a atividade de ensino conforme sua natureza, mantendo assim as suas identidades como matérias diferenciadas.
 - (E) fixar uma lógica interna por meio de cada uma dessas disciplinas, formando um referencial básico para a seleção e a articulação dos conteúdos.
43. A Constituição Federal de 1988, no artigo 214, estabelece diretrizes para o Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ter duração decenal e articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração. Esse artigo estabelece que o PNE deve ser orientado por metas que promovam, entre outros aspectos,
- (A) a descentralização da gestão educacional para os municípios.
 - (B) a universalização do atendimento escolar.
 - (C) o aumento da qualidade pelo incentivo à competitividade entre sistemas de ensino.
 - (D) a redução da intervenção estatal na regulação da qualidade educacional.
 - (E) a criação de consórcios privados para financiar a educação básica.
44. De acordo com o artigo 53 da Lei nº 8.069/1990 (*Estatuto da Criança e do Adolescente*), “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Segundo esse artigo, é preciso assegurar-lhes, entre outros,
- (A) direito de ir e vir conforme sua livre vontade do estabelecimento escolar.
 - (B) dever de acatar prontamente decisões escolares.
 - (C) igualdade de acesso à escola e dever meritocrático de nela permanecer.
 - (D) dever de respeitar incontestavelmente as decisões pedagógicas avaliativas.
 - (E) direito de ser respeitado por seus educadores.

45. Segundo o artigo 22 da Lei nº 9.394/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional), a educação básica tem por finalidade

- (A) assegurar aos estudantes condições para o acesso automático e irrestrito ao ensino superior, independentemente da etapa concluída, fortalecendo o desenvolvimento científico e tecnológico.
- (B) desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- (C) garantir aos sistemas de ensino autonomia administrativa, desde que assegurada a normalização pedagógica centralizada para organizar o currículo e definir metodologias igualitárias.
- (D) estabelecer critérios de avaliação, ciclos de aprendizagem e calendários letivos padronizados de acordo com as estratégias e metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.
- (E) desenvolver competências técnicas e operacionais voltadas ao exercício de uma profissão no mercado de trabalho, alinhada aos interesses econômicos de desenvolvimento do país.

46. Leia o excerto extraído do artigo 9º da Resolução nº 4/2010 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica):

“Art. 9º A escola _____ adota como centralidade o estudante e a aprendizagem, o que pressupõe atendimento aos seguintes requisitos: I – revisão das referências conceituais quanto aos diferentes espaços e tempos educativos, abrangendo espaços sociais na escola e fora dela [...]”

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

- (A) orientada por mérito
- (B) técnico-científica
- (C) nacional republicana
- (D) de qualidade social
- (E) de excelência em desempenho

47. A turma de 4º ano de uma escola vai realizar um estudo do meio a respeito da Mata Atlântica e, para tanto, programaram uma ida até o Jardim Botânico do município. Giovanni é um menino cadeirante e a equipe pedagógica ainda não sabe como proceder para assegurar sua inclusão na atividade, tendo em vista que o parque tem trilhas naturais, sem pavimentação adequada para a circulação de cadeira de rodas. De acordo com o artigo 3º da Lei nº 13.146/2015 (Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – *Estatuto da Pessoa com Deficiência*), esse problema enfrentado pela equipe se enquadra na concepção de barreiras

- (A) comunicacionais, que comprometem a troca de informações entre pessoas com e sem deficiência nos diferentes espaços de convivência.
- (B) pedagógicas, que revelam a falta de pesquisa acadêmica e escolar para a avaliação de pessoas com deficiência.
- (C) urbanísticas, que existem nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.
- (D) atitudinais, que dificultam a interação das pessoas com deficiência em razão de preconceitos e estigmas historicamente construídos.
- (E) tecnológicas, que impedem ou limitam o uso de dispositivos assistivos e recursos digitais adaptados à acessibilidade.

48. De acordo com o artigo 6º da Resolução CNE/CP nº 01/2004 (Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), “o exame e encaminhamento de solução para situações de discriminação, buscando-se criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade” estão entre as finalidades, responsabilidades e tarefas, especificamente,

- (A) do Conselho Tutelar.
- (B) dos órgãos colegiados dos estabelecimentos de ensino.
- (C) dos professores de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.
- (D) da direção dos estabelecimentos de ensino.
- (E) do Movimento Negro.

49. De acordo com o artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2000 (Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos), a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos deve se pautar por alguns princípios. Entre eles, está um que se descreve como “a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica”. Trata-se do princípio pela resolução denominado de

- (A) isonomia.
- (B) complementaridade.
- (C) relevância.
- (D) proporcionalidade.
- (E) beneficência.

50. Ao apresentar seu compromisso com a educação integral, a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC, 2018) afirma que a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer

- (A) na dedicação integral de suas atividades à construção e ao fortalecimento da dimensão cognitiva das crianças, jovens e adolescentes sob sua tutela.
- (B) na segmentação do currículo em áreas do conhecimento, com vistas à melhoria da formação acadêmica, priorizando a aferição objetiva dos resultados avaliativos.
- (C) na centralização gradual de conteúdos da base diversificada, que garantam o direito à aprendizagem de forma isonômica.
- (D) no princípio inviolável da igualdade, que rejeita quaisquer formas de diferença e diversidade, visando à promoção de uma sociedade mais justa
- (E) na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

